

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**FORMAÇÃO, TRABALHO
E A ALTERNÂNCIA NO INSTITUTO EDUCAR,
PONTÃO/RS.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Izabela Christiana Braga

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**FORMAÇÃO, TRABALHO
E A ALTERNÂNCIA NO INSTITUTO EDUCAR, PONTÃO/RS.**

Izabela Christiana Braga

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmem Rejane Flores Wizniewsky

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**FORMAÇÃO, TRABALHO
E A ALTERNÂNCIA NO INSTITUTO EDUCAR, PONTÃO/RS.**

Elaborado por

Izabela Christiana Braga

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialização

Comissão Examinadora:

Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Katiane Machado da Silva, Ms. (UFRGS)

Ane Carine Meurer, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 15 de Julho de 2011.

AS ESCOLAS

Não faz muitos dias, uma revista da alta burguesia, resolveu atacar a nossa educação. Disse coisas nunca vistas. Por estarmos no dia dos educadores, homenageamos essas trabalhadoras e esses trabalhadores, chamando-os de Camaradas Comunistas!

Alegou que falamos de Marx, Ho Chi Minh, Che Guevara e da revolução. “Isto não está nas normas do Ministério da Educação!” Mas o pior dito com mais veemência, é que nossas escolas ensinam que não tivemos independência!

Queriam o que? Que falássemos de Getúlio, Castelo Branco, Médici e Figueredo? Do Pinochet, do Hitler ou do Tancredo? Que a Xuxa estivesse na parede e o Homem Aranha nos salvasse com sua rede? Ou então, mentirmos, que o capital financeiro é quem nos irá salvar? Seriam esses os heróis, a cultuar?

Mas a revista de índole capitalista, quis chamar a atenção do Governo e do Estado que está deixando algo incontrolado dentro da República! Pois desse jeito não há como acabar com a escola pública!

De certo gostariam que nossas escolas fossem clandestinas, para aí terem razão de incluí-las nas chacinas.

É crime cantar batendo as mãos? “Burgueses não pegam na enxada, burgueses não plantão feijão, e nem se preocupam com nada, arrasam aos poucos a nossa nação.”

Se é isso que os ofende, podemos escrever uma outra letra tirando-lhe o tom polêmico, e elogiá-los dizendo que: “Burgueses, do agronegócio, só plantam transgênicos para exportar e viver no ócio”. Burgueses são burgueses não tem jeito, por mais que se queira ter respeito, devido à sua ganância imensa, até os elogios viram ofensas.

Denunciou a revista capitalista, nas palavras da maldosa jornalista, que por sinal ainda não aprendeu a escrever a gosto. Será que não sabe que Sem Terra não é mais um substantivo composto? Pois com o suor de nosso rosto, nos tornamos sujeitos! Por isso escrevemos com letras maiúsculas sem o hífen que separa. Esta gramática, aprendemos na vida e nas escolas construídas com lonas amarradas em varas.

Mas, denuncia ela em números estarrecedores que temos quatro mil educadores. Mil e oitocentas escolas funcionando, e cento e sessenta mil crianças estudando. Mas o que lhe queimou os olhos igual centelha, foi ver que em cada sala há uma bandeira vermelha.

Autor: Ademar Bogo, novembro de 2004.

AGRADECIMENTOS

Com muito carinho quero agradecer ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por estar nesta organização a qual me oportunizou fazer este curso, pela compreensão nos difíceis momentos de auto-organicidade para com a militância e os trabalhos do mesmo. Assim como agradecer as famílias assentadas e acampadas que são na prática parte desta história.

Com o mesmo carinho quero agradecer a turma de Residência Agrária, pelos momentos importantes que passamos juntos, nossos conflitos e aprendizados, pois estar com a mesma foi muitíssimo enriquecedor para minha caminhada profissional.

Agradecer também a cada um dos educadores e educadoras desta instituição que com muito desdobre e carinho, conseguiram acompanhar praticamente todo o processo do curso, dedicando horas dos vossos preciosos tempos para atuar em nossas vidas como companheiros/as e educadores/as trocando experiências e aprendizados. Muito obrigada. É importante destacar entre todos/as educadores/as o importante papel que o educador Pedro Neumann teve como coordenador deste, por tanto meu agradecimento pelo rico trabalho que fizeste na tarefa designada.

Meu sincero e grato agradecimento para a educadora, professora, companheira, orientadora e amiga Carmen Wizniewsky, que dedicou parte de seu tempo para nos ouvir, chamar atenção e contribuir para este resultado aqui apresentado.

Neste mesmo intuito quero agradecer meus familiares que em todos os momentos estiveram ao meu lado para que eu pudesse estar e concluir o curso, em especial minha mãe Ordalia Braga que foi minha rocha, minha filha Chiara Braga que foi meu porto seguro, meus irmãos e amigos do MST que me deram força para chegar até aqui.

Por fim quero dizer obrigado para pessoas que foram especiais, me ajudando chegar a esta passagem. Sem muitas palavras, vocês sabem o que significam em minha caminhada e em minha vida – Fernanda Ferreira, Angela Maria, Inês Rodrigues, Pedro Neumann, muito obrigada.

**MEU MUITO OBRIGADO A TODOS E TODAS!
VIVA A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA!!!**

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

FORMAÇÃO, TRABALHO E A ALTERNÂNCIA NO INSTITUTO EDUCAR, PONTÃO/RS.

Autora: Izabela Christiana Braga
Orientadora: Carmem Rejane Flores Wizniewsky
Data e Local da Defesa: Santa Maria, Agosto de 2011.

Este trabalho tem como tema: Formação, Trabalho e Alternância no Instituto Educar, o mesmo buscou aprofundar e compreender o papel deste instituto como escola na vida dos educandos e educandas, que perpassam esta instituição de ensino, tentando aprofundar o papel do trabalho no processo formativo dos/as meninos e meninas que se alternam para entre o trabalho e o estudo (casa e escola), e que, na escola se alternam entre o estudo e o trabalho poderem se profissionalizar, mas também para que seja assim garantido o processo de formação política. Procuramos identificar os possíveis conflitos entre teoria e prática para avançar no processo formativo. Quisemos olhar também para o dia a dia dos educandos/as, dos educadores/as no intuito de entender o papel da escola no convívio dos mesmos, na formação mediante a alternância que se intercala durante 3 anos da/na vida destes jovens, no trabalho e no estudo. Assim as diferentes entrevistas realizadas durante o processo de construção deste trabalho, foram pilar para a construção teórica do mesmo, pois elas que nos possibilitaram entender o contexto do conjunto desta escola. Contudo a metodologia utilizada pertence ao método qualitativo, utilizando as seguintes ferramentas: entrevistas, observações, pesquisa de campo – observação das aulas, atuação no tempo trabalho, análise de documentos e um olhar para o plano de curso desta turma. Por fim dizer que: esta concepção de ser humano e sociedade em constante transformação propõem-se, partindo de pessoas e contextos reais, a construir sujeitos construtores de sua história, o que tem embasado a necessidade da organização do trabalho no curso. De modo que os educandos/as contribuam, consigo mesmo na medida em que contribuem para a auto-sustentação do instituto, e com o Movimento na parte profissional e militante, sem que se mantenha uma hierarquia das diferentes formas de trabalho.

Palavras-chave: Instituto educar. Matriz educativa. Formação. Trabalho.

ABSTRACT

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

TRAINING, WORK AND THE ALTERNATION IN THE INSTITUTE TO EDUCATE, PONTÃO/RS.

Author: Izabela Christiana Braga

Adviser: Dr^a. Carmem Rejane Flores Wizniewsky

Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

This paper has the following themes: Formation, Work and Alternation in the Institute Educar. This analysis is an attempt to deepen the understanding of the role of this schooling institution in the life of the students that pass through the school, in order to deepen processes of work in the formation of girls and boys that switch between work and study (house and school). In the school the students engage in both work and study so that they can become professionals, but their political formation is also guaranteed. The author attempts to identify the possible conflicts between theory and practice in the advance of this formative process. The paper also analyzes the day-to-day life of the students and the teachers in order to understand the role of the school in the life of these students, in the immediate formation and the alternation that these youth are part of over these three years, in manual work and in study. The different interviews conducted during the process of completing this paper were pillars in the theoretical construction of the analysis, because the interviews allowed for an understanding of the context of this school. The methodology used in this research was a qualitative with the following elements: interviews, observations, field work, observation of classes, participation in student's manual work, analysis of documents and the course plan for the school. Finally, this paper proposes that the conception of human beings and society are in constant transformation and, starting with people and their real contexts, the paper analyzes how to form subjects that are constructors of their own history, which is the basic necessity of the organization of work in this course. In the form that the students contribute, they are actually part of the self-sufficiency of the institution, as well as the movement itself as professionals and militants, without maintaining a hierarchy of different forms of work.

Keywords: Institute to educate. Educative matrix. Formation. Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instituto Educar, localizado em Pontão no Rio Grande do Sul – RS.....	10
Figura 2 – Escola Itinerante Che Guevara – arquivo do setor de educação do MST.....	17
Figura 3 – Escolas Itinerantes na marcha das três colunas – arquivo setor de educação do MST.....	19
Figura 4 – Localização do Instituto Educar, Pontão - RS.....	24
Figura 5 – Ocupação da SEDUC – arquivo do setor de educação do MST.....	34
Figura 6 – Arquivo Instituto EDUCAR, aula teórica – processo de formação.....	35
Figura 7 – Trabalho prático dos educandos/as, durante o TC.....	37
Figura 8 – Aula prática a campo – educandos/as	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 EDUCAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	14
2.1 Papel da educação na luta pela terra.....	16
2.2 A formação do Instituto Educar	23
3 A COMUNA, A ESCOLA E A ALTERNÂNCIA	27
3.1 Escola Comuna	27
3.2 Escola, matriz educativa e a alternância	33
4 A COMUNIDADE ESCOLAR, OS PROFISSIONAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	40
4.1 Construção Pedagógica	41
4.2 Os sujeitos do processo educativo e as perspectivas pedagógicas	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXO	49
ANEXO A – Entrevistas	50

1 INTRODUÇÃO

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, diversos países da América Latina sofreram a implantação da chamada “Revolução Verde”, cuja meta declarada era o aumento da produção e produtividade nas atividades agropecuárias, mas que de fato foi o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

O Brasil foi um país expoente nesse processo de modernização conservadora, baseado no uso intensivo de insumos químicos, mecanização intensa da produção e sementes geneticamente melhoradas (o chamado pacote tecnológico), que se propôs a modernizar o campo sem alterar a estrutura fundiária e de poder então existentes no campo.

Entretanto, esse modelo, que prevaleceu na agricultura no Brasil nos anos seguintes, passou a ser a agricultura que hoje denominamos “convencional”. Mas logo sua lógica e seu aparato foram demonstrando, através de suas conseqüências nefastas ao ambiente (erosão do solo e genética, intoxicações e contaminações, degradação do solo etc.) e à sociedade (êxodo rural, aumento de custos de produção e endividamentos, concentração de terra e renda, por exemplo), que seu padrão era insustentável, injusto e desigual.

Os movimentos sociais do campo têm discutido a necessidade de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura camponesa e assentamentos, que se constituam em resistência ativa, mais adequada ao contexto socioeconômico e político destes movimentos, e têm a agroecologia como uma das ferramentas estratégicas deste “novo” padrão. Esses movimentos têm desenvolvido ações, como os cursos existentes nas escolas próprias para filhos/as de assentados, para assentados, acampados e pessoas ligadas a outros movimentos sociais do campo e da cidade no sentido de qualificar sua base social para atuar na organização econômica, social e política de comunidades e assentamentos nesta perspectiva.

Buscando clarear o foco e definir melhor meu objeto de pesquisa, me propus a estudar, enfim, *“Formação, trabalho e alternância no Instituto Educar”*. Assim restringindo a investigação do Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em

agroecologia, em especial a experiência do/no Instituto Educar, localizado em Pontão no Rio Grande do Sul – RS, como pode ser observado no Mapa 1.

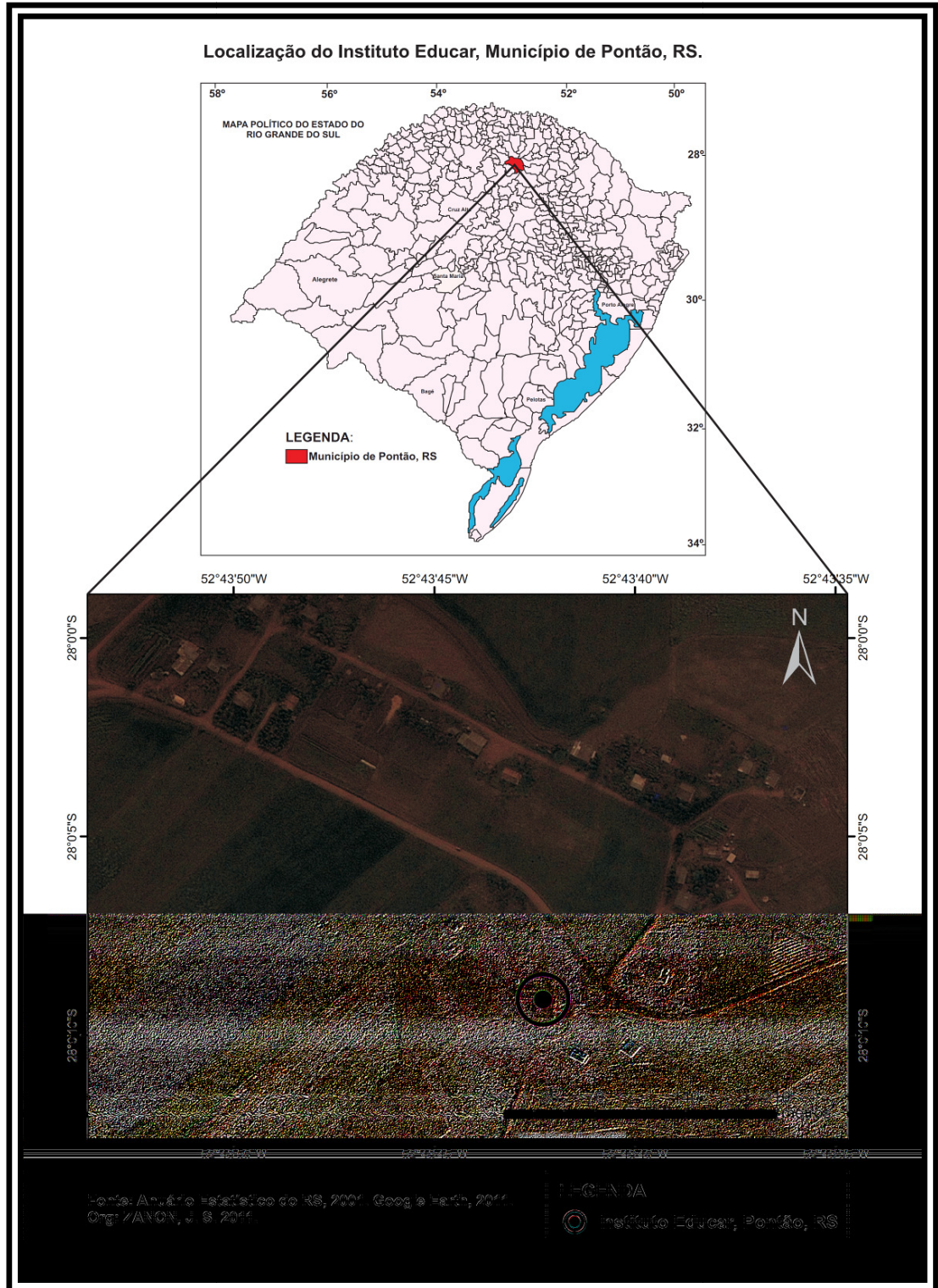


Figura 1 – Instituto Educar, localizado em Pontão no Rio Grande do Sul – RS.

Org: BRAGA; I. C.

Dentre os muitos aspectos importantes no processo de formação humana, incorporados na dinâmica desses cursos no Instituto, merece uma reflexão sobre a matriz educativa do trabalho, discutindo seus possíveis alcances e limites, dentro de um contexto mais amplo do processo de formação de militantes dentro do processo de alternância. Para tanto, tomamos o trabalho e a matriz educativa do trabalho na perspectiva da formação.

Partimos da compreensão que o trabalho é atividade formativa fundamental do ser humano, em que ele, por sua própria ação, media e controla seu metabolismo com a natureza, ou em outras palavras, o trabalho media a relação ser humano/natureza, e é por realizá-lo, socialmente, que ele (ser humano) pode tornar-se humano.

A investigação desenvolvida buscou responder à seguinte questão: como e até onde é possível incorporar o trabalho na dinâmica (alternância) dos cursos e de que formas, de modo que seja um elemento formador? Para atender a problemática da presente pesquisa criou-se um espaço de reflexão, tendo como pressuposto o trabalho como elemento formativo do ser humano, procurando discutir como esse elemento tem sido incorporado na proposta dos cursos de agropecuária.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo geral, refletir sobre a matriz do trabalho como elemento formador, na (alternância) teoria e na prática educativa dos cursos formais de agropecuária com ênfase em agroecologia do MST no Instituto Educar, Pontão – RS. De forma mais específica, pretende-se, identificar os possíveis conflitos/contradições entre teoria e prática neste processo/alternância; entender o papel do trabalho como elemento formador e qual sua função como matriz formadora; e por fim, aprofundar o conhecimento de processos pedagógicos a partir da experiência do Instituto.

Para realização deste trabalho utilizamos uma abordagem qualitativa, utilizando um híbrido de técnicas, como as entrevistas semi-estruturadas, com educadores e educadoras, educandos e educandas, e com profissionais/militantes já formados no Instituto Educar, presentes no Anexo 1. Realizamos também observações, observação de aula com a participação da pesquisadora em diálogos com uma turma. Dos quais retiramos riquezas teóricas para a monografia.

Esta reflexão converte-se ainda mais importante ao levarmos em conta o caráter e propósitos do curso, ou seja, capacitar tecnicamente, muito embora esta seja apenas uma das facetas da formação proposta. É preciso refletir como tem se

dado o processo de educação profissional e sua articulação ou não com as demais dimensões do ser humano, não tendo caráter meramente instrumental, mas verdadeiramente emancipador.

Há um desafio constante de qualificar esses cursos, de modo a estruturá-los de forma que possam cumprir sua função de educar, formando sujeitos que realmente tenham uma ação transformadora na sociedade. Ao mesmo tempo, proporcionar qualificação específica de militantes para a agroecologia, enquanto profissionalização e capacitação para atuação na construção de um projeto para o campo no Brasil.

Procuramos conhecer a realidade, compreendê-la para, a partir disto, buscar intervir e transformá-la. É neste sentido que foi definida a pesquisa, cuja motivação não foi meramente acadêmica, e nem tão pouco estão isentos de escolha político-ideológica que todo indivíduo faz, consciente ou inconscientemente.

Há aproximadamente dois anos fui desafiada a contribuir na tarefa de coordenar o setor de educação do MST no RS, onde enfrentávamos um momento bem delicado quando se tratava do fechamento das escolas Itinerantes, que foi até então uma experiência rica, e por cerca de treze anos vinha sendo base para aprovação da experiência em outros estados do Brasil. Assim me foi dado o desafio de tocar este processo, que apesar do esmorecimento inicial, pelas questões já colocadas, nos possibilitou voltar nossas forças pra dentro das Escolas de Assentamentos. A opção do Instituto Educar, se deu principalmente por se tratar de uma escola que se localiza em um assentamento e que possui uma experiência diferenciada de formação, que despertou um especial interesse de aprofundar sobre a formação e o processo educativo naquele espaço.

Para dar conta do desafio proposto, no *primeiro capítulo* busco reunir e articular um conjunto de elementos históricos que ajudam na reflexão proposta neste trabalho, buscando trazer presente as questões ligadas à educação, a reforma agrária e sua construção. Refletimos também sobre a práxis e a formação humana, e partimos do princípio que o trabalho é ontológico, ou seja, é uma dimensão que faz parte do próprio ser humano, e que é da mediação entre seres humanos e natureza, através do trabalho, que ele se forma. Por fim, tratamos muito brevemente sobre conceitos e objetivos da Educação do Campo e a formação, como parte da especificidade do nosso objeto de estudo.

O segundo capítulo foi construído com o intuito de um aprofundamento teórico, buscando descrever a experiência da Escola-Comuna a relação com a experiência aqui pesquisada e consecutivamente a matriz pedagógico-formadora que esta focada na formação e no trabalho dentro do processo de alternância. Foi desenvolvida também, uma breve caracterização da turma médio três, denominada ***Estudantes Camponeses***, assim como do Instituto, oferecendo elementos básicos para compreender a proposta da escola nas condições particulares e concretas, em que esta tem acontecido, focamos a descrição e a reflexão sobre algumas formas de organização do trabalho na escola.

No *terceiro capítulo* buscou-se compreender, a partir da atuação dos movimentos sociais e as concepções pedagógicas, que no mesmo contexto discutem a relação e limites da organização do trabalho, considerando a dinâmica de alternância e a relação entre essa organização durante o tempo presencial na escola e as tarefas nas comunidades/coletivos de origem.

Assim, discutimos os potenciais formativos do trabalho focando a agroecologia enquanto novo paradigma para o campo, que traz à necessidade de desconstruir a forma compartimentalizada de ver o mundo e reconstruir uma visão totalizante, que exige novas posturas na construção do conhecimento, promovendo diálogo do conhecimento científico e saber popular, em que os trabalhadores são sujeitos do processo produtivo e de produção de conhecimentos. E ainda, que a agroecologia pode ser para os movimentos sociais do campo, neste momento histórico, elemento de embate político em relação ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, convertendo-se em resistência e superação.

Ainda é importante ressaltar que esta reflexão, materializada nesta monografia, não tem a pretensão de dar todas as respostas, nem tampouco apontar receitas, mas propõe-se a contribuir humildemente na reflexão, a partir da particularidade da matriz educativa do trabalho nos cursos formais dentro do Instituto Educar, sobre a Educação do Campo e seu papel na compreensão e intervenção na realidade do campo no Brasil.

2 EDUCAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

A apropriação e exploração do território brasileiro pelos portugueses, há mais de quinhentos anos, se deu pelo processo de colonização, e objetivava retirar da colônia tudo que ela pudesse oferecer, sem que houvesse preocupação por parte da metrópole, na formação de uma sociedade estruturada. Como parte deste processo, o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias, e entregue a concessão dos nobres portugueses, que não podiam vendê-las, mas tinham autorização de dividir essas terras entre pessoas escolhidas, resultando nas sesmarias, que tinham o objetivo principal de explorar os recursos naturais, ao mesmo tempo em que garantiam a ocupação do território. Essas concessões foram suspensas em 1822, e os portugueses logo constataram que o clima do Brasil era propício para o cultivo da cana de açúcar, tornando-se uma economia agroexportadora a serviço de Portugal, contudo, a exploração da colônia, que era intensa, utilizava mão de obra dos escravos indígenas e africanos.

Assim, em 1888 foi decretado o fim da escravidão no país através da Lei Áurea, que deu continuidade ao triste destino dos negros, os quais formavam uma grande parcela de miseráveis, sem formação ou qualificação, já que só sabiam trabalhar com a terra e por isso tornaram mão de obra facilmente explorada. MORISSAWA (2001, p. 117),

Os objetivos fundamentais da república federativa do Brasil são: construir uma sociedade livre, justa e solidária. *Garantir o desenvolvimento nacional. Erradicar a pobreza, marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e etc... (Morissawa, 2001, p. 117).

Contudo os grandes poderosos, no início os colonizadores, representando a Coroa de Portugal, em seguida os sesmeiros, depois os latifundiários que seguiam reproduzindo o modelo de produção baseado na exportação e exploração da mão de obra, primeiro dos escravos, e depois dos colonos europeus. Assim, mais tarde se constata que a pecuária foi uma das alternativas para o desenvolvimento da Colônia, dando suporte para a exploração do ouro e dos diamantes, já que a agricultura sempre foi à alternativa central. Em outro momento, o café torna-se a

principal riqueza no século XIX, o que trouxe estabilidade econômica e amenizou as tensões sociais no território brasileiro.

Com a Lei de Terras de 1850, houve uma redução na possibilidade de acesso a terra, pois estas permaneciam concentradas nas mãos dos latifundiários. Os latifúndios, presentes no território desde o início da ocupação, também eram alvos de especulação para posterior valorização da terra. A terra torna-se, então, mercadoria, mas somente para os que podiam ter acesso a ela. Com a crise do extrativismo da borracha, houve algumas modificações na estrutura fundiária, mas, somente no que diz respeito à economia. Afim de que se consolidasse o modelo da grande propriedade, é que foi elaborada a Lei de Terras, assim, houve uma restrição no direito de posse e, conseqüentemente, os trabalhadores explorados em suas atividades, não poderiam ser proprietários, garantindo assim a continuidade na exploração.

Como reflexo da continuidade do modelo de posse e uso da terra, emergem vários conflitos, muitos deles, em função da não demarcação das terras privadas e devolutas (públicas). Assim, a via capitalista que se desenvolveu na agricultura brasileira esta historicamente baseada na ênfase absoluta concedida a grande propriedade fundiária, que ainda guarda a concepção de que este modelo de produção possa responder pela maior parcela de produtos agrícolas consumidos pela nação.

Também merece ser comentado o fato do Brasil ter participado do processo de modernização conservadora no campo, que se deu pela difusão de tecnologias com destaque no uso intensivo de insumos químicos, mecanização e produção de sementes geneticamente modificadas (o chamado “pacote tecnológico”), que objetivava modernizar o campo sem reformar as bases estruturais como a estrutura fundiária e de poder, remanescente nas oligarquias rurais. Sobre isso Morissawa (2001) comenta,

No final do século XVIII, graças à liberalidade com que as sesmarias eram concedidas, os latifúndios ocupavam todas as regiões economicamente importantes, geralmente as mais próximas das cidades e aos portos. Já em 1822, as terras estavam quase todas repartidas, a não ser aquelas habitadas pelos índios. Havia latifúndios com 132 km de extensão! (MORISSAWA, 2001 P. 70).

Na América Latina e no Brasil, o tema da reforma agrária é palpitante na sociedade, sendo evidenciado pelos principais meios de comunicação nacionais e internacionais. No atual processo de globalização da economia e reestruturação produtiva, a reforma agrária, vem sendo tema de debates na sociedade civil organizada, e defendida como alternativa a exclusão social a que foi submetida boa parte da população rural brasileira, resultante dos modelos econômicos que, desde o início da formação econômica brasileira, sempre privilegiaram poucos, ignorando os direitos da maior parte da população. Morissawa (2001: p. 9), comenta que “antes de pensar nas pirâmides do Egito, na muralha da China e outras maravilhosas realizações humanas daquela época, devemos ter em mente que a agricultura esteve na base disso tudo”.

Assim, neste contexto de exclusão, surgem os movimentos sociais, com destaque ao MST, que trazem a luz novamente o tema da Reforma Agrária, que cada vez mais vem transformando a vida das pessoas que dela participam, além de introduzirem em áreas, antes improdutivas, outra racionalidade, a da produção de alimentos com base no desenvolvimento rural sustentável.

2.1 Papel da educação na luta pela terra.

Um tema importante dentro deste contexto de lutas sociais é a educação. A educação pensada pelo MST vai de encontro com a formação dos sujeitos, mas partir de um processo onde os saberes tradicionais, que são reproduzidos socialmente, são preservados e respeitados, somando-se às novas experiências e as que se fundem, ou seja, os saberes do passado e da ciência contribuem na construção do conhecimento. A educação é à base das transformações da sociedade, e o MST, tem participado, desde sua formação, da construção de um aprofundado debate entre as mais diversas instituições, afim de que os Sem Terra, tenham o direito a uma educação de qualidade. Foi assim que se desenvolveu um importante debate em torno da educação no/do campo, que resultou na aprovação das Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo, institucionalizada em 2001. Conforme Molina (2008, p. 29).

Ocorre que a oferta de oportunidades iguais pressupõe níveis e condições semelhantes, para garantir o mesmo patamar de direitos, o que não é o caso encontrado entre a cidade e o campo brasileiros. Portanto, o direito a diferença, aqui trabalhado, indica a necessidade de garantia de igualdade e universalidade, sem desprezar a diversidade encontrada no trato das questões culturais, políticas e econômicas do campo. (Mônica C. Molina. 2008 p. 29).

Assim, como já dito, com o surgimento dos movimentos sociais ligados a reforma agrária, sentiu-se a necessidade de se pensar em uma educação diferente da hegemônica, construída pelos sujeitos e para os sujeitos da reforma agrária. Neste sentido, é importante aprofundar o papel da educação no MST, ou seja, em seus mais de 25 anos de história que vem sendo construída pela luta dos agricultores e trabalhadores excluídos, a educação tem sido o desafio da base integrante do Movimento. Segundo Paulo Freire, a necessidade de uma educação libertadora e emancipatória, levaram os integrantes do MST, a desenvolver com instituições de ensino e dos governos estadual e federal, a necessidade de uma escola que pertencesse à comunidade (acampamento e assentamento).

A Escola Itinerante do MST é resultado da preocupação dos Sem Terra por uma educação voltada para a realidade das suas lutas e da formação de crianças, jovens e adultos, para que estes sejam protagonistas das transformações sociais, e não mais explorados como historicamente foram os sujeitos do campo brasileiro (Figura 1).



Figura 2 – Escola Itinerante Che Guevara – arquivo do setor de educação do MST. Org: BRAGA, Izabela Christiana, 2011.

O Movimento ele tem como um dos principais objetivos da sua constante luta: buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Assim e que a educação ela vem pautada na luta por reforma agrária. Como nos disse Isabela Camini (1998, p. 9).

A história de luta tem nos mostrado a importância que tem a escola em nossa vida, dizem os Sem Terra. Por isso, ela aparece como uma necessidade a ser atendida de imediato. As crianças estão lá no acampamento junto de seus pais e, já não aceitam mais ficar fora da escola e nem os pais aceitam ver seus filhos sem estudar, pois entenderam que e melhor ter 4 anos de escola do que nenhum e, se possível, e bom ter 8 anos ou mais. (Camini, 1998 p. 9).

A luta do povo Sem Terra vai além da terra para trabalhar e produzir, este povo tem buscado ir além, pois somente com a terra não se produz a vida, o povo quer obter outras conquistas, por isso no início da história do MST surgiu à necessidade da luta por educação e com isso a luta por uma escola que estivesse junto aos acampamentos, que pudesse andar junto, surgiu então em 19 de novembro de 1996 a Escola Itinerante dentro dos acampamentos. De acordo com a mesma autora, a escola e as crianças não são prioridades nas políticas públicas. A mesma que teve tantos outros formatos para se caracterizar, como: escola de rodinha, escola da lona amarela, até chegar a Escola Itinerante (E.I), baseada em um termo que surgiu ainda com Lênin durante a revolução russa.

Esta foi uma das grandes experiências pedagógicas que o MST do Rio Grande do Sul conquistou, conseqüentemente buscou ir construindo e superando os desafios que iam surgindo, pois ter uma escola legalizada dentro dos acampamentos era nada mais, nada menos que ter uma educação voltada à realidade daqueles sujeitos. Considerando que estas escolas foram parte do processo de luta das famílias acampadas. De acordo com CAMINI (1998, p. 10)

O governo sabe que somos um Movimento organizado, que sabe o que quer, e que e capaz de fazer. Temos, no entanto, funções e responsabilidades diferentes, por isso estamos juntos, e juntos queremos que as pessoas se eduquem para a liberdade. (Camini 1998, p. 10).

Contudo, a partir das reflexões propostas no presente trabalho, é importante destacar o papel da escola itinerante dentro do processo organizativo da luta pela educação do/no campo. Assim, as famílias Sem Terra de todo o Brasil percebem esta como uma das grandes conquistas do MST, mais em especial para com o

avanço do conhecimento do povo trabalhador, inicialmente o Rio Grande do Sul foi o primogênito e com o desenvolver desta experiência é que a mesma foi se alargando ou se distribuindo por outras regiões e Estados do país. Conforme nos informa Molina (2008)

O princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, informado por este ditame constitucional, constitui diretriz que deve informar o conjunto das políticas educacionais. Ele é tomado como base para proposição de políticas afirmativas para efetiva garantia do direito a educação. (MOLINA; 2008. p. 28).

De acordo com Molina, se realmente existe o princípio de igualdade. Como perguntar e a quem perguntar sobre este, quando se vive em um país onde não há na prática igualdade de direitos, nem mesmo igualdade de valores, ou seja, alguns poucos dominam e tem acesso, outros tantos não podem acessar e são dominados por a minoria que tem o poder. Portanto é que a escola itinerante buscou em seu caminhar ir desatando estes nós, e ir consolidando um trabalho voltado para realidade do povo trabalhador (Figura 2).



Figura 3 – Escolas Itinerantes na marcha das três colunas – arquivo setor de educação do MST.

Org: BRAGA, Izabela Christiana, 2011.

Contudo esta escola foi é percebida pelas famílias Sem Terra de forma extremamente importante para com a formação da base Sem Terra, entendendo que esta veio desenvolver na comunidade dos acampamentos o papel da formação, da construção do conhecimento de forma a atender a necessidade daquela gente, que de uma ou outra forma foram sendo excluídos da sociedade, por terem como perfume a fumaça dos fogões a lenha, ou mesmo por terem que usar chinelos de dedos para irem as escolas convencionais e por muitas vezes não usarem os cadernos de marca e não terem as mochilas para carregarem os poucos materiais que tinham.

Assim a escola itinerante desenvolveu fundamentalmente o importante papel de trabalhar com aquele povo a sua realidade, a realidade em que os mesmos se encontravam e mostra-lhes que somente com a união do povo é que seria possível lutar por mudanças concretas na sociedade, ou seja, buscar os direitos que aos mesmos sempre os foi negado. A escola itinerante na sua trajetória foi ampliando seu projeto político e pedagógico, entendendo as diferentes necessidades que iam surgindo e os diferentes desafios que a mesma teria que superar, para realmente existir, e ser reconhecida na sociedade e em todo o país, como uma das experiências de educação que realmente tenha cumprido seu papel na sociedade, ou seja, tenha ajudado a superar o analfabetismo e sucessivamente tenha contribuído para que milhares de pessoas pudessem ter o acesso a este que é um direito de todos.

Para Flores Wizniewsky (2010: p. 27), “a escola do campo é o espaço onde são produzidas e reproduzidas dinâmicas, que, em grande medida, se distanciam da realidade dos sujeitos que vivem nesse lócus”. Portanto, este foi o papel que a Escola Itinerante buscou desenvolver em todo o seu caminhar, que na prática durou aproximadamente 13 anos, sendo esta interrompida pelo MPF e Secretaria de Educação do RS no ano de 2009 durante o governo de Yeda Crusius, e com possibilidade de ser reativada pelo atual governo do Estado, por ter em seu contexto histórico, vários prêmios que nomearam a mesma por seu mérito no trabalho educacional desenvolvido. A autora ainda comenta

A escola do campo necessita romper com as amarras do passado, e construir seu Projeto Político Pedagógico, pensando não somente na escolarização, mas na emancipação de seus alunos. E para isso, o currículo deve ao mesmo tempo dar significado ao lugar como também aproximar

seus sujeitos com o mundo, a partir de uma relação de respeito entre a cultura e a produção. (FLORES WIZNIEWSKY 2010. p 33).

O processo de debate no Movimento é bastante fortalecido, porque existe um caminho onde se pretende chegar, e o mesmo vem construindo seus pilares para chegar ao fim deste caminho que se percorre com os seus maiores objetivos minimamente fortalecidos.

O MST, pautado nas ações praticas e experiências desenvolvidas com apoio do Setor de Educação¹, entretanto estas experiências têm mostrado que uma educação libertadora é possível, independente da infra-estrutura, dos espaços utilizados e do número de crianças e jovens, ela é possível, pois, o que importa aos sujeitos da reforma agrária, é a qualidade do trabalho desenvolvido, e, um exemplo disso é a estrutura organizativa e interna do Movimento, pois a mesma se distribui de forma que todos os Estados onde o MST está presente, além de um coletivo organizativo, com um representante do coletivo nacional, estes com o compromisso e responsabilidade de fazer circular os debates e encaminhamentos a cerca do tema da educação na sua amplitude, conforme comenta Caldart . (2000 p.162).

A expressão organicidade indica no Movimento o processo através do qual uma determinada idéia ou tomada de decisão consegue percorrer de forma ágil e sincronizada o conjunto das instancias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos ascendentes e descendentes capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões. (Caldart 2000, p 162).

A autora citada também comenta que existe um grande esforço por parte do Movimento Sem Terra, referente à organização e coordenação coletiva destes processos, assim a educação para o Movimento, tem sido uma ferramenta direta na formação de um povo excluído, oprimido e rejeitado pela sociedade, este povo que abraça o MST como sua fortaleza na sobrevivência contra um punhado de “pré-conceitos” referente à existência dos mesmos.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em seus quase 27 anos de existência, buscou superar os preconceitos formados pela burguesia contra o

¹ A organicidade do MST é feita por núcleos de base NB, setores e equipes. Cada NB é formado por entorno de 15 a 20 famílias acampadas e cada núcleo tira um casal que represente os setores, dos quais se constitui a coordenação do determinado setor e consecutivamente a coordenação de cada acampamento.

mesmo desenvolvendo em seu caminhar as mais diversas experiências voltadas à superação e qualificação do povo trabalhador, assentados e acampados no mesmo. Assim que na luta por reforma agrária é que se entendeu a necessidade da conquista dos direitos básicos como: saúde, educação, alimento saudável, moradia entre outras coisas.

Pontualmente falando do viés da educação são diferentes as experiências conquistadas e desenvolvidas pelo Movimento na sua existência social, ou seja, a conquista de escolas nas áreas de assentamento foi uma larga batalha, pois não era simplesmente ter escolas nos assentamentos, mas era ter uma escola do campo para os filhos e filhas daqueles camponeses, portanto esta foi uma das grandes conquistas da luta dos camponeses Sem Terra.

É importante comentar sobre a tão importante conquista de 19 de novembro de 1996, quando as crianças Sem Terra ocupam a secretaria de educação do estado do Rio Grande do Sul, onde acontecia uma reunião do Conselho Estadual de Educação e tinha em sua mesa o projeto das Escolas para os Acampamentos do MST. Com este fato, as crianças, seus pais e o grupo de educadores que já vinham desenvolvendo atividades pedagógicas com as crianças nos acampamentos da antiga fazenda Anonni, conseguem então a aprovação legal da Experiência de educação nos acampamentos, criando a Escola Itinerante.

É importante enfatizar neste trabalho que essas foram conquistas iniciais no debate da educação do campo e o direito a educação como um todo, pois posterior as conquistas citadas acima e com o avanço da luta dos Sem Terra ainda na década de 1990, e que vai se percebendo a necessidade de formar os jovens Sem Terra para atuarem, nos diferentes espaços das conquistas obtidas pelo o povo assentado como: cooperativas, associações, escolas e em todo o processo produtivo.

Como resultado das reflexões coletivas de tais necessidades é que se viu possível a abertura de convênios, parcerias com universidades, institutos federais e ong's para investir na formação dos mesmos, assim então começa o dialogo para abertura de escolas (extensões), nas áreas de assentamento onde pudesse desenvolver cursos nas áreas da educação e da formação técnica que atenderia a necessidade mais emergente, criou-se então o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), que mais tarde torna-se o IEJC – Instituto de Educação Josué de Castro, localizado na cidade de Veranópolis na serra gaúcha. Consecutivamente o Instituto Educar, este que e uma extensão do IFES

(Instituto Federal de Sertão), que tem seu foco de formação na área técnica agropecuária com foco na agroecologia e assim como tantas outras parcerias nas áreas da graduação, pós graduação, mestrado e doutorado no país e em países da América Latina como: Cuba, Bolívia, Venezuela entre outros.

Este processo coletivo é talvez o principal motor da educação do MST, onde o conhecimento é construído fora daquele modelo da escola tradicional. Os estudantes nas escolas do MST passam a apreender contextos e vivenciar práticas que desafiam a própria cultura conservadora que é hegemônica, preconceituosa e baseada na superioridade masculina. Esta realidade, em grande medida nega à mulher uma participação igualitária nas decisões, ou seja, fortalece uma sociedade extremamente machista.

Educação no MST atinge um caráter de grande intensidade, à medida que transcende a escola propriamente dita, ela trata de processos formativos, nas diferentes dimensões da formação humana. Os Sem Terra cuja sua própria história se confunde com a da territorialização do capital no campo, se percebe como resultado de um processo de expropriação, e busca através da participação, organização, lutar contra esta realidade imposta. Neste sentido, o Sem Terra vem construindo sua própria história, valorizando a terra como recurso, mas também, como meio que produz trabalho e dignidade. Neste sentido, as formações nas escolas do MST, valorizam a sustentabilidade em suas diferentes dimensões, ou seja, muitos desses projetos estão construídos com base na agroecologia.

2.2 A formação do Instituto Educar

O Instituto Educar está localizado no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, na antiga Fazenda Annoni, na região norte do estado. Sendo este o assentamento área nove, lá está localizado o Instituto Educar, Escola Técnica do MST, conforme pode ser observado na Figura 1. O mesmo iniciou suas atividades no dia 1º de abril de 2005 com uma primeira turma, a qual recebeu o nome de Herdeiros da Mãe Terra. A Escola já formou duas turmas no curso técnico em agropecuária com Habilitação em Agroecologia na modalidade pós médio, uma turma também no ensino técnico concomitante com o Ensino Médio e atualmente

esta com mais duas turmas na modalidade concomitante (de forma que os estudantes fazem o curso médio ligado ao profissionalizante).

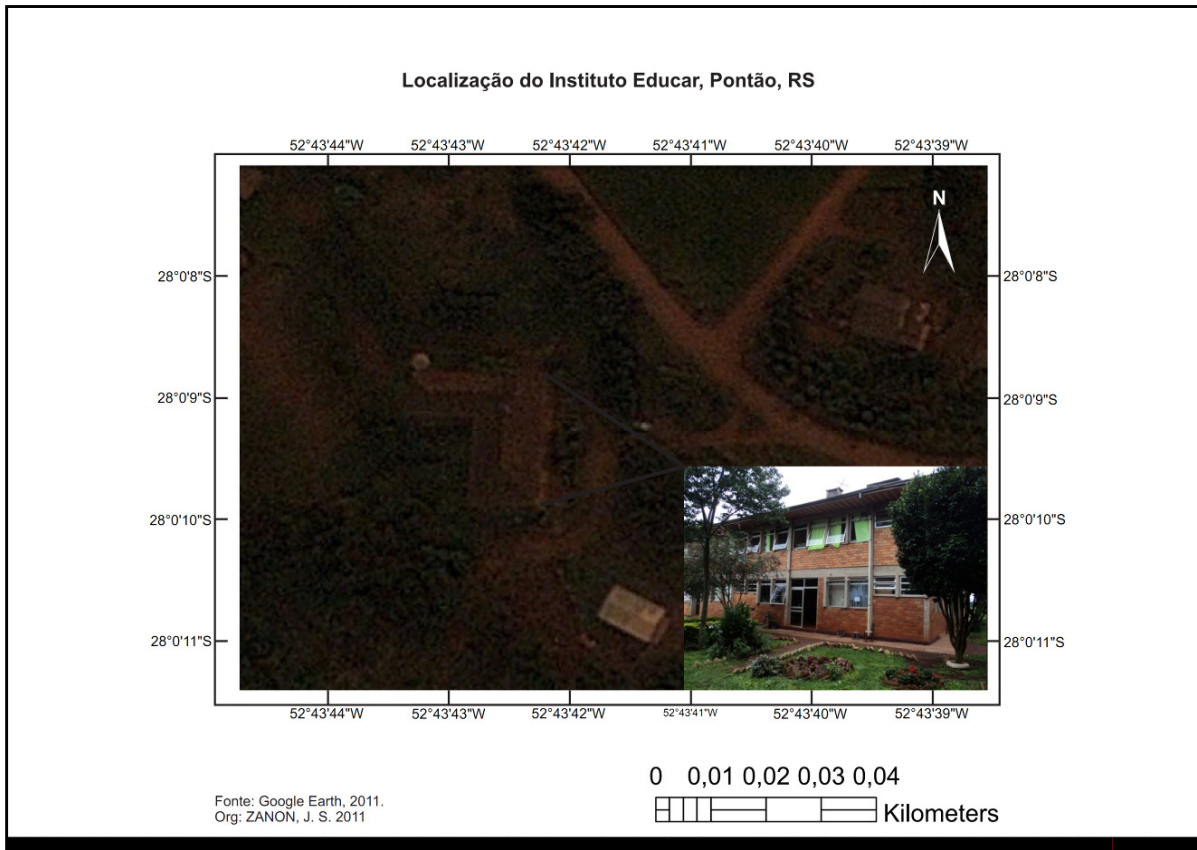


Figura 4 – Localização do Instituto Educar, Pontão - RS.

A construção da referida escola tem suas raízes nos anos 1980 quando junto com a conquista da terra, as famílias tiveram a percepção por algumas necessidades básicas como: escola, moradia, saúde, produção, ou seja, profissionais das diferentes áreas que atendessem as famílias ali assentadas, e dos demais nove assentamentos da região. Também os pequenos agricultores ligados a outros movimentos sociais perceberam a necessidade de ter o acompanhamento de técnicos agrícolas formados com especialidade na agroecologia e que estes pudessem orientar as famílias para o processo produtivo, sustentável e saudável.

Uma necessidade que com o passar do tempo foi se transformando em realidade, assim, partir das necessidades apontadas pelas famílias, estas, foram dialogando sobre as dificuldades de acesso dos jovens ao processo de formação

técnica e como resolver esta luta, a partir daí a comunidade, depois de muitas reuniões decidem doar uma área de 42 hectares para que fosse construída uma escola. Segundo os assentados, a construção de uma escola seria uma tentativa importante para superar as dificuldades. Então as famílias buscam apoio e decidem que ali será construído o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), que mais adiante se torna o Instituto Educar, sendo este uma extensão da Escola Agrotécnica Federal do Sertão (EAFS), como observado na Figura 2.

Assim foi criado um grupo de assessoria para o acompanhamento aos camponeses, porém mais tarde o CETAP é transferido para a cidade de Passo Fundo com intuito de ficar mais próximo ao atendimento das famílias beneficiadas por aquele Centro de Tecnologias, deixando o prédio que fica dentro da área do assentamento ocioso. No início de 2000 o prédio foi alugado para a FUDEP (Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa da Região Celeiro), fundação esta que ministra cursos em convênios com instituições governamentais como o PRONERA via algumas universidades parceiras e atende a educandos/as vindos de Movimentos Sociais do campo e cidade.

O Instituto também centrou sua práxis pedagógica na consolidação de cursos a partir das experiências já feitas em outros espaços, porém com ênfase na realidade, e nas experiências de construção do seu próprio processo pedagógico e sua própria metodologia. Esta seria uma experiência diferenciada na lógica de que se trabalharia com jovens e com um número grande de “pré-adolescente”, assim baseada nas experiências já existentes como a Comuna de Pistrak (Ano, 2000), e o próprio ITERRA. Conforme a escola foi então se consolidando, construiu em sua funcionalidade diária, os tempos de sobrevivência interna, sendo 15 tempos educativos, dentre estes alguns que compõem o tempo escola, ou seja, estão pautados para o bom funcionamento da escola, assim como o chamado tempo comunidade (TC), ou seja, tempos de alternância, onde todos os educandos e educandas vivenciam tempos para compartilhar os aprendizados, e também para no retorno a suas comunidades, poder contribuir na prática dos conhecimentos adquiridos na escola. Os mesmos ainda têm no tempo comunidade, atividades relacionadas às disciplinas do curso, assim como a tarefa política de levar para a comunidade as reflexões políticas realizadas durante o Tempo Escola.

Este processo de alternância onde os educandos/as compartilham espaço de socialização dos mais variados conhecimentos e saberes são em si as relações que

vão construindo na convivência com a comunidade escolar, com a família e a comunidade dos seus assentamento/acampamentos e com suas próprias reflexões.

No segundo semestre de 2004, o MST retoma a área onde cria o Instituto Educar, buscando parceria do INCRA (Instituto e Colonização e Reforma Agrária), via o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e com a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) criando o primeiro curso técnico em agropecuária com habilitação em agroecologia e define que o regime de funcionamento do mesmo seria o Regime de Alternância, com intuito de manter o elo entre conhecimento via curso e comunidade de origem. As limitações iniciais com a UFSM fragilizaram-se um pouco o caminhar, porém ao mesmo tempo abriu o caminho para outros apoios como a Escola Agrotécnica Federal do Sertão (EAFS) e em maio do mesmo ano foi aprovada no conselho estadual de educação, referenciado pelo Ministério da Educação, e no início de 2009 o Instituto firma parceria com a PETOBRAS, o que viabiliza a criação de mais um curso técnico em agropecuária na modalidade pós-médio. Inicialmente o objetivo do Instituto Educar, era resgatar os saberes tradicionais, além de construir conhecimento sobre tecnologias alternativas e produtivas numa dimensão agroecológica. Entendendo que havia um objetivo maior de atender a necessidade central de formação.

3 A COMUNA, A ESCOLA E A ALTERNÂNCIA

Historicamente vivemos em uma sociedade de consumo, a educação em nosso país foi estruturalmente projetada para atender a formação e qualificação da classe rica e para fornecer mão de obra para o mercado de trabalho, ou seja, a educação não foi pensada para beneficiar o trabalhador e sim o mercado. A escola surgiu no Brasil, em primeiro lugar para atender os filhos da classe social mais abastada, e passa a se voltar aos filhos dos trabalhadores quando estes passam ser preparados para o mercado. No que se refere à educação rural não foi diferente, pois a educação para o campo ganha espaço, mas com a finalidade da formação técnica, ou seja, servir a territorialização do capital pela modernização da agricultura.

Neste contexto, tanto na história do país como na história da educação, a escola sempre foi o reflexo de seu tempo, buscando responder exigências deste mesmo tempo. Entendendo ainda que a mesma esteja mediante um sistema/regime político social, assim conseqüentemente a mesma precisa dar resposta a este sistema ou não se mantém e nem mesmo constrói autonomia para permanecer viva.

3.1 Escola Comuna

Para que se possa de forma clara, conhecer um dos principais formuladores da Escola Comuna destacará aqui, Moisey M. Pistrak, que foi um dos líderes ativos das duas primeiras décadas de construção da escola soviética e do desenvolvimento da pedagogia marxista na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Pistrak, este que era doutor em Ciências Pedagógicas, professor e membro do partido comunista desde 1924, concluiu a faculdade de física e matemática na Universidade de Varsóvia em 1914, na Polônia. De 1918 até 1931 trabalhou no NarKomPros da União Soviética e, simultaneamente, dirigiu por cinco anos a Escola-Comuna do NarKomPros. Contudo Pistrak contou com a colaboração de vários pensadores da pedagogia para o trabalho na escola-comuna, esta tentativa de juntar vários pensadores que comungavam dos mesmos ideais para

construir uma educação voltada a atender um processo revolucionário, a atender os ideais daquela revolução. Esta foi uma grande experiência, que hoje tem o papel de fazer com que se possa refletir sobre aquela prática, na prática que se tem buscado nos diferentes espaços da formação da classe trabalhadora. De acordo com Freitas (2009, p. 28).

A escola não deve ser seccionada e isolada da prática social da criança em seu meio. Aqui, a função da escola não será a de sobrepor à formação inicial da criança uma “segunda natureza”, mas construir na prática social, no meio e a partir do meio, um sujeito histórico – lutador e construtor – onde a ciência e a técnica entram como elemento importante desta luta e construção.

Dentro deste contexto, os educadores e as educadoras podem contribuir para que este sujeito histórico se construa no meio em que vivem, ou seja, uma das tarefas fundamentais dos educadores/as é contribuir na formação das crianças, jovens e adultos atendidos nos processos pedagógicos, assim como foi à experiência de educação consolidada na Revolução Russa. Na escola comuna o espaço educativo foi pensado para atender uma formação de caráter coletivo focado na prática e na teoria, dando importância significativa ao aprendizado das ciências, assim como a necessidade de sobrevivência daqueles jovens e adolescentes que na sua maioria perderam seus pais, ou mesmo os que viviam nas ruas antes da revolução. Contudo, no período revolucionário Pistrak e tantos outros como: Makarenko, Krupiskaia, Shulgin, entre outros, foram desafiados a pensar um processo educativo que atendesse a educação/formação a partir do processo revolucionário, entendendo que era importante ter cidadãos que pudessem contribuir para aquele período de transformação da sociedade.

A partir destas experiências já citadas, como a da Escola Comuna é que o setor de educação do MST tem acumulado ao longo de sua existência, diferentes experiências de educação, todas elas planejadas e construídas coletivamente. É importante frisar que entre as aspirações que move o Movimento, está a de formar cidadãos tecnicamente qualificados e politicamente preparados para viver em uma sociedade voltada ao capital e suas influências. O Instituto Educar foi pensado para formar jovens vindos dos movimentos sociais, tanto do campo quanto da cidade, porém, esta escola contém em seu corpo pedagógico, várias influências, onde merece destaque a influência da Escola Comuna. A escola Comuna foi uma escola

experimental-demonstrativa do Ministério da Educação durante a revolução russa. Esta proposta pedagógica foi construída pelos pioneiros da revolução russa de 1917, os quais tinham uma tarefa essencial de recriar o sistema educacional, a qual ao seu tempo não foi apresentada como um “modelo” a ser cegamente seguido. Neste contexto, é importante salientar que esta foi uma experiência que com certeza traz grandes contribuições para como organizar o trabalho pedagógico de forma a permitir o domínio dos conteúdos escolares e ao mesmo tempo a auto-organização dos educandos/as.

Esta experiência traz para o instituto Educar, grandes contribuições, pois a mesmo esta auto-organizado em tempos educativos, de forma com que os estudantes aprendem a distribuírem-se nos diferentes tempos em que a escola se propõe a trabalhar para formação dos educandos/as. A mesma contribui com a formação do processo organizativo pedagógico, de forma que o tempo aula é distribuído pelos temas técnico-pedagógicos, mas também, pelos temas políticos, de forma que adquiram uma formação ampla, e não apenas uma formação encaixotada nos seus compartimentos disciplinares. Neste sentido, é importante destacar o fundamental papel do trabalho no instituto nas outras escolas em que o Movimento esta inserido, pois a contribuição da escola comuna foi fundamental para a formação de um processo de reflexão coletiva dos educadores/as, assim como as experiências praticas nas escolas. Sobre a formação dos jovens do Instituto Educar, a educadora entrevistada comenta,

A gente aqui na escola procura manter as questões das linhas políticas, baseados no acumulo histórico, formação do ser humano, nos comprometemos com a classe trabalhadora. O educar cumpre um papel importante em duas linhas, primeira – formação humana, o ser social. Segunda – a produção estratégica, para a mudança da sociedade, Somos uma gota d’água no oceano. (E.01)

A formação está relacionada ao planejamento do processo pedagógico, onde a pratica cotidiana (trabalho no seu contexto geral) esta colocada como um dos exercícios que muito necessita ser aprofundado teoricamente pela coletividade, pensando na perspectiva de que se trabalha com jovens e que estes precisam aprofundar sua compreensão sobre o que é trabalho no contexto geral, observando em especial o conceito de trabalho em Marx. Assim a entrevistada E. 01, afirma que:

Temos muita expectativa nesta escola, também pautado pelo Movimento, temos muitos desafios, quero me referendar a uma turma que assumiu o teatro e trouxe esta concepção de trabalho, dizendo que o trabalho não era apenas o que envolve a força braçal, isso trouxe muitos conflitos, polemicas, mas que nos ajudou a superar e crescer. (E – 01).

Assim a escola/instituto tem feito um grande esforço em superar suas limitações principalmente quando se trata dos temas que envolvem a formação da juventude. É possível perceber o papel do trabalho na vida deste coletivo (instituto), ou seja, todos os sujeitos são protagonistas, todos se envolvem no trabalho (tempos de trabalho), de forma rotativa nas diferentes tarefas práticas necessárias para sobrevivência dos mesmos durante o tempo escola, e para manter o espaço organizado e com condições de receber as turmas que estão em tempo comunidade, assim como as novas turmas que chegam para vivenciar este processo.

A escola pensada, busca aprofundar a formação e a qualificação dos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras, camponeses/as e esta é uma responsabilidade de todos que participam deste processo e está nas mãos de cada educador/a que se sente incomodado com o modelo hegemônico de educação construído historicamente. Porém cada educador/a que tem em suas salas de aula filhos/as de trabalhadores/as, camponeses e filhos do proletariado, tem em suas mãos um grande privilégio e responsabilidade pela mudança do país, tem o desafio de contribuir para mudança da humanidade, pelo fato de que estes filhos/as também darão sua contribuição para a mudança do país, para um novo mundo que a classe trabalhadora almeja, pois com as mãos coletivas e calejadas desta mesma classe que busca a formação, a transformação para lutar contra tantas injustiças, assim estes educadores/as têm em suas mãos a classe social do futuro, portanto, é necessário olhar para estes educandos/as como cidadãos que contribuiram para verdadeira transformação social.

Contudo, se os educadores/as não são capazes de instrumentalizar os seus educandos/as, se não são capazes de vê-los como uma possibilidade de transformação, como o resultado do melhor dos seus esforços já colocados no processo de formação. Se os educadores falharem, toda a classe trabalhadora falhará, ou seja, de que forma se pode pensar a transformação de uma sociedade se não se almeja a mudança.

Contudo é importante avaliar que a escola tradicional forma sujeitos para a sociedade capitalista, e não para uma nova sociedade. Esta escola, portanto, não consegue cumprir o papel da transformação da sociedade. Ela não é aquela escola que os sujeitos que participam dos movimentos sociais sonham para as crianças, jovens e adultos. É necessário refletir sobre a formação destes sujeitos históricos, pensar em que formato de escola, que relações se pretendem construir e que seres humanos se pretendem formar. Entendendo que a escola tradicional/capitalista não está focada em formar sujeitos autônomos e construtores de uma nova sociedade, e sim, foi construída para educar a classe trabalhadora para o papel da subordinação. Na circunstância histórica em que a escola foi criada, não era ela aberta para o acesso dos trabalhadores/as, pois só tinham acesso à mesma, os filhos dos patrões.

É importante lembrar que, somente em 1996, no Brasil, se declarou a universalização do ensino básico, enquanto o capitalismo tem pelo menos 500 anos, e a sociedade viveu estes, como refém deste modelo, pois mesmo os trabalhadores/as tendo conquistado o direito de estar dentro das escolas, ainda os é negado o direito do conhecimento e a formação, ou seja, a escola convencional ela tem a função de garantir o sistema capitalista.

Neste contexto, o processo da aprendizagem, está voltado a um crescimento coletivo, onde o conhecimento se constrói partindo da realidade concreta, que defendam os ideais e os objetivos dos trabalhadores, que tenham ideais calcados nos seus próprios interesses, entendendo que se têm objetivos para a vida, como: transformação social, justiça social, negação da sociabilidade capitalista e sua rejeição, assim como tantos outros pautados pela classe trabalhadora que com dignidade tem buscado conquistar espaços na sociedade civil.

Na escola comuna a compreensão dos processos é também individual, ou seja, cada educando é único, cada um apresenta uma marca diferente em uma corrida. Neste processo, os trabalhos são individuais e é necessário retomar alguns princípios, valores e ideais, como já nos afirmava Pistrak (2009 p. 216).

O trabalho em tal compreensão é um fenômeno externo à consciência dos estudantes e externo para todo o conjunto da vida e do cotidiano escolar. A solução da tarefa de construção do trabalho escolar no complexo laboral seria a solução apenas do aspecto educativo de todo o problema escolar. (PISTRAK, 2009 p. 216).

Assim os educadores/as têm o papel de dialogar sobre os princípios da luta de classe, pois o trabalho tem o papel fundamental para a formação do ser humano, pois, se acredita em uma educação transformadora como um elemento de evolução que pode destruir a velha ordem e construir uma nova ordem, portanto a sempre uma relação que necessita ser feita entre objeto e objetivo para o processo de construção do conhecimento.

A escola, neste contexto, tem o papel de formar lutadores que não obedeçam ao sistema capitalista, mas formar pessoas que construam outra lógica de sociabilidade, de coletividade e que neguem a sociabilidade capitalista, estes que devem ser formados como lutadores/as, construtores/as do amanhã e isso exige algumas habilidades, entendendo que uma delas é a habilidade do domínio do conhecimento, da capacidade de trabalhar coletivamente, organizadamente aprendendo a fazer o trabalho coletivo, aprendendo a viver coletivamente.

Pois os diferentes processos de formação humana acontecem por si só, e justamente por isto devem ser interpretados na sua individualidade/coletiva, na produção material de sua existência, isto é, nas circunstâncias objetivas em que vivem não podendo prescindir, portanto, da atividade humana. Muito embora o ser humano nunca possa ser suficientemente conhecido em sua realidade imediata, porque está sendo constantemente superada, podemos conhecê-lo por meio da exteriorização das suas potencialidades no trabalho e nas atividades que se desdobram a partir do trabalho.

Pois o ser humano só existe porque vive em sociedade. Assim o trabalho é parte fundamental da práxis, embora este mesmo ser humano faça parte da natureza, e assim ele adquire uma relativa autonomia no que faz. Segundo Pistrak (2009, p. 217).

É preciso tratar toda forma de trabalho como trabalho coletivo, socialmente significativo (seja para uma comuna pequena ou para um organismo social mais amplo), mas o principal é tratá-lo como trabalho na sociedade comunista em construção, lançando luz nas tarefas moderna - revolucionárias do trabalho.

O processo construído durante a comuna de Pistrak², é muito interessante, pois foi conduzido pelos pioneiros da revolução russa de 1917, onde vários

² Comuna de Pistrak é uma formulação posterior do período revolucionário de 1917 o que diferencia a comuna de colônia.

pensadores se debruçaram para entender, discutir, aprofundar e construir uma outra educação calcada em princípios e firmada em pilares centrais como: trabalho para formação e qualificação humana, consciência de classe para luta comum e autoestima, que conduziriam aquele processo e posteriormente viria ajudar na condução de novos processos pedagógicos já no século XX, ou seja, a experiência da comuna vem somar, ou melhor, vem ser base na formatação do projeto político pedagógico de escolas consolidadas por movimentos sociais do Brasil nos anos de 1995 e 1996, onde a prática pedagógica destas escolas estão fundamentadas no que foi a Escola Comuna – escola do trabalho durante a Revolução Russa. Neste contexto é possível se levantar uma questão a respeito do papel do trabalho naquela sociedade, durante um processo revolucionário em construção, se o princípio ou matriz trabalho seria realmente naquele momento uma matriz formadora ou seria apenas a forma de resolver a extrema pobreza e existência miserável em que aquele povo se encontrava.

3.2 Escola, matriz educativa e a alternância

Avaliando as necessidades da formação e educação, a escola esta colocada como um dos espaços importantes na construção do conhecimento, assim é importante destacar que uma coisa não esta desligada da outra, ou seja, estes elementos estão interligados quando se trata do avanço eqüitativo da formação. No que se refere à experiência das escolas em que o trabalho esta colocado como matriz formadora e a alternância como espaço de operacionalização desta matriz, é importante dizer que destas experiências, o Instituto Educar esta calcado nesta prática em que formação, educação, trabalho e alternância estão diretamente ligados, buscando focar na educação do campo a produção de novos conhecimentos, a troca destas experiências e a socialização dos seus diferentes aprendizados.

Com base nesta concepção também materialista histórica, de ser humano e sociedade, apresentada muito brevemente, que se procura referenciar educação e trabalho. Mas ao analisarmos a escola, a educação e o trabalho dentro do processo de alternância o que proporciona se deparar com aspectos da realidade. O esforço

se dá no sentido de buscar uma compreensão profunda “da vida” e da sociedade, a partir de uma reflexão também crítica e esta reflexão necessita, por sua vez, considerar dialeticamente o movimento histórico pelo qual o ser humano transforma e transforma-se e assim considerando esta unidade de contrários é que precisamos refletir como o trabalho tem ao mesmo tempo um alcance enquanto elemento formador e, em oposição a isto, tem também limites, portanto não podemos reduzir a práxis ao trabalho (Figura 3).



Figura 5 – Ocupação da SEDUC – arquivo do setor de educação do MST.

Org: BRAGA, Izabela Christiana, 2011.

É dessa mediação, através do trabalho, que se forma o próprio ser humano. Como nos afirma Antunes (2004, p. 7)

Sabemos que é a partir do trabalho, em sua realização cotidiana, que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas. Os homens e mulheres que trabalham são dotados de consciência, uma vez que concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto do seu trabalho. Antunes, 2004 p. 7.

Assim diferente de outros animais, o ser humano transforma o meio para consecutivamente produzir os meios de sua existência, assim o ser humano realiza

seu objetivo na matéria transformando-a. Buscando, então, refletir sobre a relação entre o trabalho e a escola, com objetivo de entender esse elemento educativo e de que forma ele pode estar presente na escola, Caldart (2000, p. 202) vai propor a educação muito além do espaço da escola.

Se o trabalho é educativo, então é possível pensar que o sujeito educativo, ou a figura do educador, não precisa ser necessariamente uma pessoa, e muito menos necessariamente estar na escola ou em outra instituição que tenha finalidades educativas. Uma fábrica também pode ser olhada como um sujeito educativo (Kuenzer, 1985); da mesma forma um sindicato, um partido (Gramsci), as relações sociais de produção, um movimento social. E se o que está em questão é a formação humana, e se as práticas sociais, são as que formam o ser humano, então a escola, enquanto um dos lugares desta formação, não pode estar desvinculada delas. Caldat 2000, p.202.

Neste mesmo raciocínio, se levanta uma questão sobre o que são as relações sociais que a escola propõe (Figura 6) através do seu dia a dia e jeito de ser. O que condiciona o seu caráter formador? Sobre isso, (Caldart, 2000: p. 34), “muito mais do que os conteúdos discursivos que seleciona para seu tempo específico de ensino”. A partir disto, podemos buscar entender as relações com o universo mais amplo, e ao mesmo tempo, específico do trabalho com a terra, e esta mesma como constituinte da luta social do MST.



Figura 6 – Arquivo Instituto EDUCAR, aula teórica – processo de formação.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.
Org: BRAGA, Izabela Christiana, 2011.

Contudo é possível perceber que há algumas dimensões que se busca contemplar, e que orientam para traçar as estratégias pedagógicas nesta escola como, por exemplo:

- a) Dimensão do *ser*: o curso pretende ajudar a desenvolver e a cultivar valores, convicções, sentimentos, hábitos e princípios, traduzidos em uma postura diante do trabalho, da vida, da sociedade, das pessoas, centrada no ser humano. São dimensões fundamentais desta postura, à medida que permitem os desdobramentos da formação pretendida, as seguintes: disponibilidade pessoal ao processo de formação e abertura ao novo; sensibilidade social, humana e pedagógica; espírito empreendedor; preocupação com o bem-estar do coletivo.
- b) Dimensão do *conhecer*: domínio teórico e prático (no sentido de capacidade de associação com as situações de prática) especialmente dos seguintes campos temáticos: história e da realidade brasileira, a dinâmica das questões agrária e agrícola no Brasil, experiências e reflexões que vem sendo produzidas no âmbito específico dos movimentos sociais do campo, em relação à concepção de assentamentos e de outras formas de comunidades camponesas, de educação e de cultura. Legislação relativa aos temas do campo e Agroecologia, entre outros.
- c) Dimensão do *conviver*: formação para o trabalho cooperativo: respeito às decisões tomadas pelo conjunto, postura favorável ao planejamento e à avaliação, execução de tarefas em equipe, solidariedade com os outros; capacitação organizativa: capacidade de criar e coordenar grupos, capacidade de interpretar contradições, capacidade de lidar com situações de conflito; capacidade de diálogo; comunicação ágil e agradável com os outros; respeito às diferenças e capacidade de promover a unidade num grupo; capacitação para a realização de projetos coletivos.
- d) Dimensão do *saber fazer*: domínio de habilidades técnico-pedagógicas especialmente em torno dos seguintes campos: habilidades técnicas em vista da implementação da Agroecologia; didática e pedagogia; organização e gestão; cultura e comunicação; pesquisa, além de algumas outras habilidades gerais.

De acordo com o debate do conjunto do Instituto, “o processo é organizado seguindo o princípio da alternância que caracteriza os cursos formais em convênio com o MST. Sendo assim, combina períodos de atividades no Instituto, denominado de Tempo Escola (TE), e nas comunidades de origem dos educandos (acampamentos, assentamentos, comunidades), denominado de Tempo Comunidade (TC). Também são desenvolvidas atividades dirigidas durante o TC em vista da formação do educando/a, tais como estágios e cursos”, (Figura 7).



Figura 7 – Trabalho prático dos educandos/as, durante o TC.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.
Org: BRAGA, Izabela Christiana, 2011

O Regime de Alternância é um dos elementos constitutivos da Escola, que garante que os educandos passem parte do tempo na escola e outro na comunidade de origem, acampamento, assentamento ou outros Movimentos em que vive. Também é um dos elementos importantes, pois garante ao trabalhador e trabalhadora do campo e da cidade o acesso a escola sem abandonar o trabalho na produção, e as outras atividades que tenha, junto a seu coletivo de origem. De acordo com Marlene Ribeiro sobre a pedagogia da alternância. Ribeiro (2010, p. 293).

Buscando as origens históricas da pedagogia da alternância, pode-se dizer que é uma alternativa metodológica de formação profissional agrícola de nível técnico, para jovens, inicialmente do sexo masculino, filhos de agricultores franceses. Ribeiro 2010, p. 293.

De acordo com a autora, a pedagogia da alternância ela foi ao seu início pensada para atender uma necessidade pontual dos filhos homens dos agricultores de uma pequena cidade ao Sudoeste da França de nome Lot-et-Garone, o que naquele período foi uma preocupação dos pais construída junto ao pároco da cidade para resolver a situação dos meninos que não queriam mais freqüentar as escolas, pois os mesmos tinham a intenção de ficar na comunidade e trabalhar junto aos seus pais, com essa realidade, a preocupação dos pais e a relação com o pároco é que surge naquele período e hoje chamada Pedagogia da Alternância. Assim, ainda de acordo com Ribeiro (2010, p. 299)

Sem aprofundarmos a discussão, podemos pensar que a iniciativas de educação camponesa, que estão na origem da pedagogia da alternância, resultem de um desencanto com a educação escolar oferecida aos filhos dos agricultores. Isso explicaria a sua construção a partir das praticas sociais dos camponeses, que reconhecem a importância do vínculo entre o estudo e o trabalho para que seus filhos possam garantir a permanência na terra. Ribeiro 2010, p. 299.

Assim é importante destacar que o processo de alternância na experiência de trabalho pedagógico do Instituto esta vinculada ao TC – tempo comunidade e ao TE – tempo escola, o que na pratica é a formatação da alternância, não poderíamos refletir sobre o trabalho nas turmas, por exemplo, se fossem reduzidos apenas ao período de Tempo Escola, sem considerar a interação fundamental com as atividades do Tempo Comunidade. Entretanto, se por um lado a alternância “não separa os estudantes da vida”, do cotidiano e das tarefas que têm em seus locais de origem, contraditoriamente, cria a necessidade de formas de garantir a continuidade da intencionalidade dos cursos durante esses períodos, (Figura 8).



Figura 8 – Aula prática a campo – educandos/as

Fonte: Trabalho de campo, 2011.
Org: BRAGA, Izabela Christiana, 2011.

Não se trata de querer enquadrar a realidade numa proposta idealizada, que só é possível ser desenvolvida na escola. Mas saber que, ao mesmo tempo em que a escola precisa considerar as particularidades dos indivíduos, conhecerem sua prática social para organizar em seu espaço pedagógico (por certo limitado), para que vivenciem relações e situações que possam construir sujeitos de transformação, que constroem os movimentos sociais e mudanças/transformações na sociedade. Da mesma forma, os próprios movimentos podem incorporar elementos que são discutidos na escola, em relação às intencionalidades de cada momento (Figura 7).

Portanto, nos parece possíveis e necessários diversos ajustes metodológicos a serem feitos e condições objetivas e subjetivas a serem construídas, para qualificar a relação entre TE e TC no processo educativo, enquanto ao mesmo tempo é necessário preservar os avanços constatados.

4 A COMUNIDADE ESCOLAR, OS PROFISSIONAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Instituto Educar é uma instituição de ensino que atende as pessoas ligadas a diferentes Movimentos Sociais do campo e da cidade, e tem em seu cotidiano o trabalho como uma das principais matrizes formadoras do ser humano, ou seja, o trabalho, é que mantém o dia a dia da Escola, porém o grande foco está no trabalho como matriz formativa, buscando fazer a relação na vida dos/as educandos/as tanto no tempo escola como no tempo comunidade, desafiando-os a exercitar o aprendizado prático e teórico sobre o que realmente é e para que serve o trabalho. Sobre isso comenta o entrevistado E. 03,

Existem limites não generalizando, as pessoas quando vem pra cá e trazem consigo seus desvios, limites, como podem contribuir para a formação e superação. Penso que seria necessário trabalhar mais o conceito, focar mais em Marx para que a coletividade tenha maior motivação para o trabalho prático, ou seja, penso que nós educadores precisamos melhorar e qualificar o método, entendendo que há casos que ainda buscamos profundamente compreendê-los. (E. 03)

Segundo os entrevistados, isso tem sido suficiente para fazer do trabalho uma matriz formadora, tem cumprido o papel, pois existe, nos/as educandos/as limites na aceitação do trabalho como parte do processo, é necessário pensar onde se está errando ou como melhorar o processo de formação para que os/as educandos/as entendam o trabalho como parte da formação. Sobre isso comenta Engels (apud, ANTUNES, 2004. p.13).

O trabalho é fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (Engels) Antunes 2004, p. 13.

No pensamento de Engels, quando afirma que o trabalho criou o próprio homem, então é possível que realmente ele seja um dos princípios da formação do ser humano como parte da natureza, ou é apenas um desafio de entender o trabalho como muito mais que a ação em si, para posterior então entendê-lo como matriz

pedagógica no processo de formação e também na qualificação técnica, na preparação profissional do proletariado para a ação em si. É possível acreditar que alguém viva sem trabalhar ou simplesmente que existam pessoas que vivem do trabalho do outro e para, além disso, existem pessoas que apenas trabalham por obrigação x lucro, não porque pense no significado que tenha o trabalho em sua existência.

Tentando dialogar com a concepção marxiana, o ser humano existe elaborando o novo através de sua atividade vital, e por isto ele mesmo vai assumindo constantemente novas características. No trabalho humano há sempre algo de novo, que não existe na atividade dos outros animais. Assim será a experiência do trabalho que permitirá ao ser humano saber o ponto aonde quer chegar.

A partir disto, penso que somos provocados pelo novo, pelas circunstâncias concretas. A partir dela é que buscamos na teoria, o conhecimento para, remetidos novamente à prática, transformarmos as próprias circunstâncias, transformando nossa prática social. Pois o ser humano não apenas se adapta ao meio, ele transforma o meio para produzir as condições de sua existência.

4.1 Construção Pedagógica

Como já foi comentado, o instituto Educar foi aprimorando sua ação pedagógica baseada em experiências já consolidadas, como a Escola Comuna na Rússia, o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) no Rio Grande do Sul, porém ao mesmo tempo foi construindo seu próprio método, por exigência legal, é imprescindível seguir as normas do Ministério da Educação, porém, sua construção pedagógica foi sendo construída com o passar do tempo. Neste processo de seis anos de atuação, se percebeu que era necessário fazer mudanças, resultando assim em outro formato pedagógico para esta experiência.

É importante ressaltar que a experiência de educação do Instituto Educar não é um processo individualizado, o método foi se consolidando a partir do que já existia como prática de educação no MST, ou seja, através das pessoas que coordenaram e coordenam o mesmo e a participação destes nos diferentes espaços

de diálogo, luta e formação proporcionado pelo Movimento, pela VIA Campesina. É a partir daí que foi possibilitando a criação de um método próprio, como nos afirma o educador entrevistado (E-02), o mesmo foi um dos primeiros educadores a integrar a equipe, antes de assumir tal tarefa, contribui no setor de produção do MST, fez uma especialização em educação do campo em convênio com o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

O método pedagógico, pra ser bem sincero, a gente estudou e viveu nos cursos, na experiência do próprio ITERRA, da pra dar nome? Acho que não, não diretamente. A pedagogia do Movimento, a história foi nos condicionando a construção de uma metodologia própria, talvez não por não querer ou discordar, mais também por desconhecer em parte outros processos, sempre guiados pelo método, princípios e ética do movimento, por exemplo a própria pedagogia do Movimento. (E-02).

A partir do quinto ano da experiência de educação do Instituto e com o retorno mais focado de um grupo dos Movimentos Sociais, ou seja, um olhar mais minucioso para o processo pedagógico é que se dá outra intencionalidade para o método, assim, o grupo percebe que é necessário aprofundar outro olhar para o tema do trabalho, assim como para os princípios e valores vivenciados pelos os Movimentos Sociais no processo formativo, agora como fazer isso é que esta sendo estudado por este mesmo grupo.

4.2 Os sujeitos do processo educativo e as perspectivas pedagógicas

O Movimento ao pensar a existência do Instituto, buscou consolidar um coletivo pedagógico, formado por educadores(as) dos próprios cursos, dirigentes, agricultores(as), assessorias, garantindo um espaço permanente de acompanhamento dos/as educandos/as, como também do processo de gestão do curso. Alguns educadores/as acompanham de forma permanente os cursos e o Instituto, e outros(as) contribuem parcialmente, de acordo com as possibilidades e tarefas de cada um(a), entendendo que este é só mas um espaço de atuação política e militante de todos que de alguma forma estão envolvidos no processo, assim como os estudantes e trabalhadores fixos.

No caso dos/as educandos/as estes foram indicados pelo MST e por outros Movimentos Sociais do Campo e da cidade. A maior parte dos destes são do MST filhos e filhas de assentados/as e/ou oriundos de pré-assentamentos, e dos acampamentos. Os indicados dos demais Movimentos Sociais são filhos e filhas de pequenos agricultores, sendo que alguns residem nas cidades. O vínculo orgânico dos estudantes com seus movimentos de origem são muito heterogêneos, havendo militantes com funções nos setores e coletivos, até pessoas sem praticamente vínculo algum com estes, portanto este tem sido o público, entendendo que intencionalmente este é o público que se quer formar, por diferentes fatores, ter a juventude Sem Terra estudando, ter esta mesma juventude com a mente ocupada e traze-los para o mundo dos conhecimentos, colocando este a disposição de cada um e uma.

Quanto aos trabalhadores fixos, são estes companheiros/as vindos/as de acampamentos, assentamentos e dos demais Movimentos que também estão inseridos, na escola, existe vários setores de trabalho desde o acompanhamento dos estudantes até o trabalho na horta, horto, ciranda infantil e assim sucessivamente e tanto os alunos passam por estes setores, quanto se tem pessoas fixas distribuídas nestes espaços para garantir o bom andamento desta escola, entendendo que alguns educandos/as também ficam durante o tempo comunidade para contribuir como trabalhador fixo durante o TC, e assim incluindo no coletivo de educadores fixos da escola, ou seja, todos que contribuem nos trabalhos fixos do instituto são coletivamente considerados educadores/as daquela experiência, também estão estes inseridos no processo de formação, pois a vivência é quem ensina e o Movimento vem buscando através do Instituto construir outros processos dentro deste espaço pedagógico.

Por entender que o modelo convencional de agricultura não mais responde a realidade dos assentamentos de reforma agrária, ao mesmo tempo em que traz consigo uma série de conseqüências negativas e inclusive contraditórias com o projeto político do Movimento, define por construir as condições para desenvolver um novo projeto para o campo, baseado em uma nova matriz tecnológica – Agroecologia. Esta definição política, inclusive aprovada no 4º Congresso Nacional do MST, passa então a exigir desdobramentos concretos para sua massificação e consolidação, ai a escola tem contribuindo para aprofundar este debate na pratica

através da formação de quadros técnicos militantes para a reforma agrária e para sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos evidente que a prática educativa do Instituto expressa/assume uma concepção de ser humano e sociedade em constantes transformações, historicamente construídos, e propõe-se, partindo de pessoas e contextos reais, a construir sujeitos construtores, não concebendo que o processo educativo crie as melhores condições de adaptação ao meio. Assim parte de um acúmulo teórico-metodológico histórico em determinado contexto, em que podemos destacar, a partir da pesquisa, duas dimensões percebidas, que embasaram a necessidade da organização do trabalho no curso.

A primeira dimensão foi à própria **necessidade** de garantia das condições básicas para realização dos cursos nesta escola, isto é, alimentação, manutenção do espaço físico, limpeza e embelezamento, produção da horta, do horto, administração e demais tarefas que surgem a partir da demanda dos cursos e do próprio Instituto que acolhe os cursos. Disto resulta a necessidade de organização do trabalho, de modo que os/as educandos/as contribuam, ao mesmo tempo, consigo mesmo na medida em que ajudam a auto-sustentação do instituto, e com o Movimento, sem que haja uma hierarquia das diferentes formas de trabalho.

Mas há também uma segunda dimensão fundamental para a qual o trabalho foi organizado, que é justamente **a educativa** - Portanto, a dimensão formativa do ser humano pelo trabalho foi assumida como princípio da organização do trabalho. *Há um entendimento que o trabalho é a essência da existência humana. Se for nessa forma, nesse entendimento, ele é formativo. A segunda questão... quando se vê o trabalho como uma necessidade de desenvolvimento da sociedade. Se o trabalho dignifica o homem, então ele tem de ter essa dimensão de fazer com que o homem pense a sociedade e trabalhe para o desenvolvimento da mesma. Eu "pra mim essa é a dimensão formativa, se ela não tem esse caráter, ela não tem como ser formativa".*

Contudo, do mesmo modo que não se criaram artificialmente necessidades de trabalho, mas organizou-se para dar conta de demandas muito concretas, a dimensão educativa partiu justamente dessas demandas, dessa necessidade, buscando-se, a partir daí, organizá-lo para ser realmente educativo. Assim,

necessidade e formação não se separam no trabalho. Quando se trata de discutir a dimensão educativa do trabalho, consideramos que o trabalho a ser desenvolvido deve ser o trabalho útil para a coletividade em que se está inserido e para toda sociedade. Mas parte-se do princípio que, além de trabalho para todos, não basta trabalhar “de qualquer jeito”. A organização do trabalho aponta para a passagem do espontaneísmo individual para a planificação coletiva do trabalho visando superar o individualismo.

Quanto mais se qualifica a condução do processo educativo, dentro do movimento do real, mais se pode alcançar êxito em outro aspecto do curso que é a ***luta ideológica***. Partido de dados da realidade em que vivemos: uma sociedade cindida em classes, que se encontra em luta. O processo educativo proposto pelos movimentos sociais do campo e cidade através de seus cursos, neste contexto, tem uma intencionalidade, de fortalecer suas ações, embasadas na posição que ocupam na luta de classes no Brasil, ou seja, a luta em favor da classe trabalhadora.

No momento em que se constrói uma nova práxis agroecológica nos movimentos sociais, se colabora para construção de sujeitos construtores de um novo paradigma para o campo, desde os sujeitos (diversos) do campo, em luta, nessa perspectiva, o trabalho é educativo para os sujeitos educativos, que não são somente as pessoas, nem cabem necessariamente na escola, como os próprios movimentos sociais, e repercute na sua luta e em outros espaços da sociedade.

Há reflexões sobre agroecologia no curso, das quais os(as) educandos(as) participam, mas é preciso garantir mais condições de desenvolver a prática do trabalho com agroecologia, incorporando a reflexão como forma indissociável do processo de trabalho (práxis), assim como fazer a relação com a educação do campo para formação da juventude campo e cidade.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola e mais do que escola: In Um Olhar sobre os sem-terra e o MST. Petrópolis: Vozes, 2000.

PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2000.

FREIRE, Paulo R. Neves. Pedagogia do Oprimido. In A contradição opressores-oprimidos, sua superação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FERNANDES, Bernardo M. e SANTOS, Clarice A. Educação do Campo – políticas públicas – educação. MOLINA, Mônica C. In A constitucionalidade e a justiciabilidade do Direito a Educação dos Povos do Campo. Brasília: MDA, 2008.

CAMINI, Isabela. Cadernos da Escola Itinerante – MST. Escola Itinerante do MST: Historia, Projetos e Experiências. Curitiba: 2008

MATOS, Kelma S. A. L. e WIZNIEWSKY, Carmen R. F. Experiências e Diálogos em Educação do Campo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

EDUCAR, Instituto. Pontao – RS. Cartilha numero 1.

PISTRAK, Moisey M. A Escola-Comuna. In A Escola do Trabalho do Período de Transição. In O trabalho Educativo. In O Trabalho. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A Dialética do Trabalho. In Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo. São Paulo. Expressão Popular, 2004

MORISSAWA, Mitsue. A historia da luta pela terra e o MST. São Paulo. Expressão Popular, 2001.

RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 1 edicao. São Paulo: Expressão Popular 2010.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. MATOS, Kelma S. A. Lopes et al. {organizadores}. Experiência e Diálogos em Educação do Campo. Edição UFC, Fortaleza, 2010.

ANEXO

ANEXO A – Entrevistas

ENTREVISTA PARA COM OS EDUCADORES...

NOME:

IDADE:

MUNICIPIO:

- 1) VOCE É ASSENTADO? ONDE?
- 2) QUAL SEU TEMPO DE MILITANCIA?
- 3) COMO VOCE CHEGOU A ESTA EXPERIENCIA?
- 4) QUAL METODO E UTILIZADO E DE QUE FORMA FOI/ESTA PENSADO?
- 5) COMO ESTA ORGANIZADO O PROCESSO PEDAGOGICO?
- 6) QUAL PAPEL TEM A ALTERNÂNCIA E POR QUE ELA FOI PENSADA PARA ESTE PROCESSO?
- 7) HÁ CONTRADIÇÕES CENTRAIS PERMANENTE? COMO CONTRIBUEM OU INTERVEM NA VIVÊNCIA ?
- 8) DE QUE FORMA SE TRABALHA O CONCEITO DE TRABALHO DE/EM MARX? COMO VC ENCHERGA A COMPREENSÃO DOS EDUCANDOS E EDUCADORES SOBRE ESTE TEMA?
- 9) VOCE JÁ FOI ESTUDANTE, COMO VISUALIZA ESTE PROCESSO HOJE COMO EDUCANDOR?
- 10) COMO SE DA À RELAÇÃO EDUCANDO, EDUCADOR, COMUNIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS?

ENTREVISTAS REALIZADAS COM EDUCANDOS/AS NO INSTITUTO EDUCAR.

NOME:

IDADE:

- 1) FILHO DE ASSENTADO/A?
- 2) EDUCANDO/A DO CURSO MÉDIO 3: TURMA ESTUDANTES CAMPONESES?.
- 3) TEMPO DE MOVIMENTO?
- 4) COMO VC VÊ O INSTITUTO E QUAL PAPEL ELE CUMPRE NA VIDA DO PEQUENO AGRICULTOR, CAMPONÊS ASSENTADO, ACAMPADO?
- 5) VOCÊ ACHA QUE O MÉTODO PEDAGÓGICO (JEITO EM QUE A ESCOLA TRABALHA) CONTRIBUI PARA SUA FORMAÇÃO? EM QUE?
- 6) PARA VOCE COMO ESTA ORGANIZADO O PROCESSO PEDAGÓGICO NO COTIDIANO, COMO É O DIA A DIA DA ESCOLA?
- 7) O QUE VOCÊ MAIS GOSTA E O QUE MENOS GOSTA NA ESCOLA?
- 8) COMO VOCÊ CHEGOU AQUI, A ESTA EXPERIÊNCIA?
- 9) DE QUE FORMA ACONTECE O PROCESSO AVALIATIVO? COMO VOCÊ SE VÊ?
- 10) QUANDO FORMADO, O QUE PENSA FAZER? POR QUÊ?
- 11) COMO VOCÊ VÊ E PERCEBE O TRABALHO?